











ISSN: 1806-549X

ACESSIBILIDADE EM AMBIENTES EDUCACIONAIS BRASILEIROS: TEORIA VERSUS REALIDADE

Autores: ADRIANA LOPES MARTINS, LUCAS DE ALMEIDA SANTOS

Esta pesquisa, a qual está atrelada à Educação Inclusiva, apresentará a temática da acessibilidade mediante as políticas públicas existentes no país, as quais norteiam o desenvolvimento de locais acessíveis a qualquer necessidade que os acadêmicos possuam, como a Lei Nº 10.098, de 19 de novembro de 2000, a qual estabelece as regras básicas e gerais para a promoção da acessibilidade. Objetivos: Apresentar quais são as políticas públicas que tratam da acessibilidade em ambientes educacionais brasileiros. Verificar as discrepâncias existentes em relação à teoria contida nas políticas públicas com a realidade dos ambientes brasileiros de ensino. Metodologia: Este trabalho científico foi desenvolvido por meio de uma pesquisa de campo realizada em um ambiente educacional brasileiro específico e com os discentes e docentes do mesmo, o qual foi analisado de acordo com os seguintes tipos de acessibilidade: arquitetônica, comunicacional, instrumental, metodológica e programática. Os pesquisadores estabeleceram uma comparação entre a teoria contida nas políticas públicas em relação à realidade do ambiente analisado, em seguida, realizaram um check list com as discrepâncias e semelhanças encontradas na análise dos pesquisadores. Resultados: De acordo com as políticas publicas existentes no país (Lei 10.098, de 19 de novembro de 2000; Lei Nº 12.711, de 29 de agosto de 2012; "Manual de Acessibilidade para Prédios Públicos", 2015), a instituição analisada possui uma grande discrepância em relação às condições arquitetônicas acessíveis aos alunos e visitantes cegos, cadeirantes e surdos, entre outros, devido à falta de sinalização e condições acessíveis aos mesmos. Muitos discentes buscam pela capacitação para se comunicarem de forma efetiva, por exemplo, a realização do curso de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e, o contato direto com os núcleos de atendimentos às pessoas com alguma necessidade. Entretanto, muitos discentes não buscam por capacitações ou metodologias adaptadas aos alunos em questão, caminhando no sentido contrário às políticas públicas da acessibilidade. Conclusão: Concluímos que o local de ensino analisado possui algumas adequações, principalmente, em relação ao interesse de alguns discentes, entretanto, é preciso que a acessibilidade seja implantada de forma efetiva mediante as políticas públicas que a regem.